

valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, *Impairment* dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando há *Impairment* são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. • **Mantidos até o vencimento.** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. • **Empréstimos e recebíveis.** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por recibos a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. • **3.3 Depósitos judiciais e fiscais.** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. • **3.4. Investimentos.** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento. • **3.5. Redução ao valor recuperável (Impairment).**

• **Ativos financeiros (incluindo recebíveis).** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo no início do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada de instrumentos financeiros reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. • **Ativos não financeiros.** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*) na Resolução Normativa ANS nº 290 é denominada de "Provisão para Perdas", é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. • **3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferida.** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidas são constituídas pelas alíquotas vigentes na base de dados das demonstrações financeiras. A redução do imposto de renda e da contribuição social diferidos é estabelecida levando em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em orçamentos elaborados e aprovados para o período de 8 anos.

• **3.7. Passivos circulantes e não circulantes de operações de seguros.** Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a base de dados das demonstrações financeiras. • **Provisões técnicas de contratos de seguros.** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: (a) **Provisão de sinistro a liquidar (PSL).** A PSL representa a previsão de pagamentos prováveis, líquida de recuperações, determinada com base nos avisos recebidos até a data das demonstrações financeiras, atualizada monetariamente nos casos de seguros indexados. • A PSL é constituída pelo valor das faturas dos prestadores de serviços, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de sinistros recebidos; • Adicionalmente à PSL, a Companhia provisiona as despesas relativas à gestão da regularização de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente, denominada "ULAE"; • A ULAE é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da PSL, deduzindo-se da estimativa o montante correspondente aos gastos já incorridos na atividade de regulação de sinistros. (b) **Provisão de sinistros a liquidar em processos judiciais.** As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração considerando a estimativa de perda que pode ser classificada como provável, possível ou remota. No caso de processos judiciais considerados semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, a provisão de sinistros a liquidar leva ainda em consideração fatores específicos calculados tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores dependidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda (provável, possível ou remota), o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros de 0,78% ao mês. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões Técnicas - Seguros", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais são contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais" no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente.

(c) **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR).** A IBNR (*Incurred But Not Reported*) é constituída com base no IBNP subtraído da PSL. Para a apuração do IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionado das despesas de regulação diretamente relacionadas ao sinistro (ALAE), para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. O desenvolvimento histórico observado é de 36 meses. A IBNR é apurada considerando tanto a ALAE, quanto a ULAE. A ULAE da IBNR é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da IBNR. (d) **Provisão para remissão.** A Provisão para remissão corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. Esta provisão é constituída para garantir dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato, de até 5 (cinco) anos, em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários descontada para a base de dados das demonstrações financeiras. • **3.8. Provisões para processos judiciais: 3.8.1. Cíveis e trabalhistas:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis não relacionados a indenizações contratuais, reclamações trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. No caso dos processos judiciais trabalhistas e cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco (provável, possível ou remota), os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores dependidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda (provável, possível ou remota), o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros de 0,78% ao mês nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante nas rubricas "Provisões Judiciais". Os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Outras Contas a Pagar". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais" e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis, e TR e juros de 12% ao ano para os depósitos judiciais trabalhistas, conforme legislação vigente. • **3.8.2. Fiscais:** As provisões para ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados na rubrica "Provisões Judiciais", no passivo circulante e não circulante e em "Tributos e Encargos Sociais a Recolher", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. • **3.9. Benefícios a empregados.** Os benefícios mantidos pela Companhia compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas. • **3.10. Pagamento com base em ações.** A Companhia remunera administradores com ações da SASA e o plano é precificado com base no modelo *Black-Scholes* para as opções simples emitidas nos programas até 2010 e no modelo binominal para as opções simples emitidas no programa de 2011 e de 2012. O valor justo do Plano é reconhecido pela Companhia a partir da data de outorga, na rubrica "Despesa Administrativa", com um correspondente lançamento na rubrica "Débitos Diversos" no passivo circulante. Periodicamente a Companhia reembolsa à SASA pela remuneração em ações, feitas a seus administradores (Vide nota 12.2). • **3.11. Dividendos.** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em sub-contas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. • **3.12. Uso de estimativas.** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações

judiciais e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que ocorrerem surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

• Aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para venda (nota 5); • Despesas de comercialização diferidas (nota 7); • Créditos e débitos tributários (nota 8); • Provisão técnica de operações de assistência à saúde (nota 11); e • Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 14). • **3.13. Normas em vigor e ainda não adotadas.** A ANS emitiu a seguinte norma: (a) **Resolução Normativa nº 314/2012.** Emitida em 23/11/2012, essa norma traz impactos no plano de contas e no modelo de divulgação das demonstrações financeiras de 2013, referentes a reclassificações entre contas e não se espera um impacto significativo no resultado e patrimônio líquido. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. Diversas normas e emendas às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2012. Para algumas delas, o CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS. A adoção antecipada destas normas pela companhia está condicionada a aprovação prévia pela ANS. São as normas:

• **Revisadas. (a) IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis (Presentation of financial statements).** Em maio de 2012, houve mais uma revisão desta norma que esclarece os requisitos para as informações comparativas. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. (b) **IAS 16 - Ativo imobilizado (Property, plant and equipment).** Em maio de 2012, houve uma revisão desta norma que classifica equipamentos de manutenção. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. (c) **IAS 19 / CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (Employee benefits).** Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que foi focada basicamente em benefício pós-emprego. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. (d) **IAS 28 / CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (Investments in associates).** Em maio de 2011, houve mais uma revisão desta norma para alinhamento a nova norma IFRS 11. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. (e) **IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation).** Em dezembro de 2011, houve uma revisão desta norma que trata sobre a compensação de ativos e passivos financeiros. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2014. Em maio de 2012, houve mais uma revisão desta norma, esclarecendo que os efeitos fiscais na distribuição de instrumentos patrimoniais aos seus titulares devem ser contabilizados com o IAS 12. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. (f) **IFRS 7 / CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação (Financial Instruments: Disclosures).** Em dezembro de 2011, houve uma revisão desta norma exigindo divulgações mais extensas de ativos financeiros desreconhecidos ou não. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. • **Novas.** Adicionalmente, as seguintes normas internacionais (IFRS e CPC) novas também foram emitidas: (a) **IFRS 9 - Instrumentos financeiros (Financial instruments).** Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, foi emitida pelo IASB e a data de implementação obrigatória foi fixada para vigorar em 01/01/2013. No entanto, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4 e aos projetos de *impairment e hedge accounting* (incluindo macro *hedging*), que colocaram em dúvida se esta data era apropriada, o comitê do IASB adiou a data de implantação obrigatória para 10/01/2015. (b) **IFRS 11 / CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (Joint arrangements).** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o propósito de que uma das partes em um acordo conjunto determina o tipo de arranjo conjunto em que está envolvida, avaliando os seus direitos e obrigações e contas por esses direitos e obrigações de acordo com esse tipo de arranjo comum, sendo que um arranjo comum é definido quando duas ou mais partes possuem o controle em conjunto. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. (c) **IFRS 12 / CPC 45 - Divulgação de participação em outras entidades (Disclosure of interests in other entities).** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de exigir divulgação que permita aos usuários de demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados, seus interesses em outras entidades, os efeitos desses interesses em sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Este IFRS é obrigatório para uma entidade que tem interesse em subsidiárias, acordos conjuntos (operações conjuntas ou *joint ventures*), associados e controlados (estruturas 13 / CPC 46 - Mensuração do valor justo (Fair value measurement). Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de definir "valor justo" em um IFRS específico onde divulgações sobre o valor justo são requeridas, de forma especializada. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. Exceto quanto ao IFRS 9, cujo impacto ainda está sendo avaliado, a Companhia analisou as novas normas e revisões e julga que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras na adoção das normas acima mencionadas. • **4. Gestão de riscos:** A gestão de riscos corporativos se concentra em cinco aspectos principais: • Controlar o impacto dos eventos negativos; • Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos; • Buscar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor para o acionista; • Alinhar o apetite de risco da organização com as estratégias adotadas; e • Promover melhorias de alocação de capital. Para definir as estratégias da Gestão Corporativa de Riscos, foi constituído o Comitê de Riscos Corporativos (CoR) formado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente de Controle e Relação com Investidores, Diretor de Riscos, Atuária e Vice-Presidentes das Unidades de Negócios. O CoR é um fórum colegiado, com visão integrada dos riscos a que a SulAmérica está sujeita, bem como da interdependência entre as várias categorias de riscos. O CoR tem as seguintes atribuições: • Aprovar as políticas de gerenciamento de riscos; • Alinhar o apetite de risco com a estratégia da organização; • Suportar a gestão estratégica de riscos da organização para melhor alocação do capital; • Reportar ao Conselho de Administração, na função de supervisão, o tratamento dos riscos relevantes; e • Aprovar os níveis de retenção de risco por ramo de seguro e mudanças significativas nas políticas de subscrição, além dos contratos de resseguro. • **4.1. Atribuição de responsabilidades pela gestão de riscos corporativos.** O Conselho de Administração executa a importante atividade de supervisão do Gerenciamento de Riscos da Organização, mantendo-se ciente e de acordo com os níveis de tolerância a riscos definido pelo CoR. O CoR tem a responsabilidade de periodicamente, rever as estratégias globais dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para esses riscos (tolerância a riscos). Os direcionamentos estabelecidos são aplicados em cada unidade de negócio (*Business Unit* - BU), que deverão apoiar a filosofia da gestão de riscos, administrando-os dentro de suas esferas de responsabilidades. Esse apoio possibilitará que os demais níveis gerenciais conheçam e utilizem essa tolerância aos riscos de acordo com as políticas e normas estabelecidas.

• **4.2. Sistema de controles internos e gestão de riscos corporativos.** A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, tem levado em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* - (COSO). O Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos é baseado nesta metodologia, que concebe o Sistema de Controles Internos como resultado de ações estruturadas, segundo oito componentes que, inter-relacionados constituem a base para uma estrutura integrada de riscos (ERM - *Enterprise Risk Management*). O ERM pode ser percebido sob duas formas: para *Satisfazer as Necessidades* de controles internos e como um sistema completo, abrangente e integrado de gerenciamento de riscos. Os componentes constituintes da base para a estrutura integrada de riscos estão definidos a seguir: • **O Ambiente interno:** Nível de conscientização e cultura de uma organização a respeito da necessidade do gerenciamento de riscos e controles. É a base para todos os outros componentes do gerenciamento de riscos corporativos, propiciando o método pelo qual os riscos são identificados e abordados por seus colaboradores. Compreende a integridade e os valores éticos, as práticas de conduta, estrutura organizacional, aspectos de governança, atribuição de responsabilidades e políticas de recursos humanos. Reflete as atitudes da administração, cuidados e ações relacionadas à estabilidade e à boa execução dos processos organizacionais. • **Definição de objetivos:** O processo que define as estratégias, deve permitir que estes se deem de forma integrada à missão e à visão da SulAmérica, a partir do estabelecimento de objetivos ajustados ao apetite de risco, o qual direciona os níveis de tolerância aos riscos. • **Identificação de eventos:** Os eventos externos e internos que possam afetar o cumprimento dos objetivos devem ser identificados como riscos ou oportunidades. • **Avaliação dos riscos:** A avaliação dos riscos relevantes se dá sob duas perspectivas: quantitativa e/ou qualitativa. No enfoque quantitativo, são utilizados modelos para avaliação das eventuais perdas esperadas e inesperadas. Pelo enfoque qualitativo, os riscos são avaliados com base no eventual impacto e na probabilidade para indicar o grau de exposição ao risco para o alcance dos objetivos. • **Resposta ao risco:** No processo de gestão de riscos devem ser identificadas e avaliadas as opções de respostas ao risco (evitar, aceitar, mitigar, compartilhar ou transferir) implementando ações para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite de risco, mantendo-os em níveis aceitáveis. • **Atividades de controle:** Políticas e procedimentos internos devem ser definidos e implementados pela Alta Administração, para ajudar e garantir que as respostas aos riscos foram corretamente realizadas, de forma que os objetivos estratégicos e operacionais sejam alcançados. A avaliação do melhor tipo de controle deve pressupor os volumes envolvidos, a relevância, a complexidade das operações, o risco analisado e as prioridades estratégicas definidas. • **Informação e comunicação:** A comunicação deve ser eficaz, ocorrendo de forma que todas as atividades possam ser abrangidas. As informações relevantes devem ser identificadas, coletadas na forma e nos prazos necessários para que todos executem suas tarefas corretas e tempestivamente. Os riscos e não conformidades devem ser reportados adequadamente para formulação de planos de ação. • **Monitoramento:** A gestão de riscos corporativos deve ser monitorada através de atividades gerais contínuas e os pontos identificados de não conformidade comunicados à Alta Administração.

• **4.3. Concentração das operações.** A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos estão concentradas nos estados de São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios de seguro por unidade da federação.

Descrição	Até 2 anos ou sem vencimento	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
	Instrumentos financeiros								
Aplicações financeiras	325.658	124.016	18.123	357	468.154	478.011	9.857	—	478.011
Valor justo por meio do resultado	83.963	2.517	893	—	87.373	87.374	1	—	87.374
Disponível para venda	241.695	121.499	17.230	357	380.781	390.637	9.856	—	390.637
Passivos de seguros (1)	270.743	7.351	3.052	939	—	—	—	758	282.843

(1) Na coluna "Outras" há em 31/12/2012 R\$758 mil de ULAE.

Descrição	Até 2 anos ou sem vencimento	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
	Instrumentos financeiros								
Aplicações financeiras	439.282	115.365	12.120	1.356	568.123	571.768	3.645	—	571.768
Valor justo por meio do resultado	129.892	49.540	3.143	—	182.575	182.579	4	—	182.579
Disponível para venda	309.390	65.825	8.977	1.356	385.548	389.189	3.641	—	389.189
Passivos de seguros	254.744	5.800	3.234	864	—	—	—	—	264.642

O critério de apresentação dos instrumentos financeiros utilizado na tabela por idade, foi pela data de vencimento destes ativos. No entanto, alguns instrumentos financeiros possuem liquidez imediata apesar de estarem distribuídos pelas diversas faixas da tabela. • **4.4.2.4. Risco de inflação:** Os estudos de ALM identificaram que parte dos passivos são correlacionados com variações nos índices de inflação. Desta forma, para fazer frente ao risco dos passivos, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários. Em 31/12/2012, a Companhia registrou em aproximadamente

UF	Representatividade	
	2012	2011
SP	24,4%	23,9%
BA	32,7%	32,6%
RJ	12,1%	11,8%
PE	8,0%	7,9%
AL	4,4%	5,2%
MG	3,9%	4,0%
DF	2,8%	2,7%
AM	2,3%	2,3%
Outros	9,4%	9,6%
	100,0%	100,0%

• **4.4. Descrição e gestão dos riscos nas operações.** O Gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: crédito, mercado, subscrição, operacional, estratégico e legal e *compliance*. • **4.4.1. Risco de crédito.** É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumprí-los nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguro e dos créditos detidos juntos as instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras e ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas. • **4.4.1.1. Aplicações financeiras. (a) Política de Investimentos.** A Política de Investimentos estabeleceu as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da SulAmérica de cumprir suas obrigações. No gerenciamento do risco de crédito relativo às aplicações financeiras em ativos de crédito privado, o Comitê de Crédito efetua a análise das emissões com base em aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "score" (*"rating"* interno) e o limite para alocação na emissão. Tal limite deverá estar enquadrado nas regras de diversificação e concentração estabelecidas pela Política de Investimentos. Os limites de exposição são monitorados e avaliados de forma consolidada, regularmente pela empresa gestora dos investimentos e pela área financeira. Os ativos são segregados e constituídos tomando por base: o objetivo, características, obrigações, restrições (exemplo: carteira para cobertura de reservas técnicas, carteira de gerenciamento de ativos e passivos (ALM), carteira de capital de giro, etc.). É esperado que cada carteira, levando em consideração suas particularidades, busque maximizar a rentabilidade dos ativos, mas também mitigar os riscos de descaçamento entre os ativos e passivos da Companhia (ALM), quando necessário. Consequentemente, espera-se um balançamento na relação risco x retorno, casamentos de fluxos de caixa entre ativos e passivos e a obtenção de investimentos eficientes, levando em consideração os compromissos assumidos. A formalização dos termos e condições que o gestor deverá observar na gestão de cada carteira é realizada através do Mandato de Investimentos, definido com base na Política de Investimento e na legislação vigente, que deve contemplar pelo menos: (i) objetivo; (ii) meta de rentabilidade; (iii) limite de risco; (iv) prazo de ativos; (v) liquidez de ativos; (vi) restrições específicas; e (vii) restrições gerais. Permanente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias (incluindo o portfólio de ALM) de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódico. Os gráficos a seguir apresentam a distribuição dos investimentos por *rating*, onde 85,2% do total de aplicações financeiras em 31/12/2012 (97,4% em 2011) estão alocados nas classes AAA ou risco soberano (títulos públicos).



Devido à nova política de investimentos da SulAmérica, em 2012 a Companhia passou a ser cotista do fundo "Grupal Cash". Por ser composto em sua totalidade por títulos públicos, o respectivo fundo está contido na categoria Renda fixa pública "risco soberano". Em 31/12/2011 a Companhia não era detentora de nenhuma posição no respectivo fundo. • **4.4.1.2. Operações de seguro.** Com relação ao risco de não recebimento dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações, orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. São estabelecidos limites de alçadas para a aceitação dos riscos que contemplam também a análise do histórico de crédito do segurado e a exposição ao risco em cada operação. A gestão do risco de crédito também leva em consideração, no monitoramento da inadimplência, o acompanhamento da redução ao valor recuperável (*impairment*) dos prêmios a receber.

• **4.4.2. Risco de mercado.** É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, *commodities*, etc.), causada por fatores externos. Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: risco na taxa de juros, risco de liquidez, risco de câmbio, risco de derivativos, risco de renda variável e risco de inflação. As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado: • Processo de gerenciamento de ativos e passivos - *ALM (Assets and Liabilities Management)* monitorado regularmente pelo ALCOO (*Assets and Liabilities Committee*); • Elaboração de Mandatos de Investimentos estabelecidos onde são considerados os seguintes aspectos: perfil dos negócios, estudos atuariais e aspectos de liquidez; • Instrumentos derivativos para diminuir os impactos da taxa de juros; • Limites máximos de VaR (*Value at Risk*); • Limites máximos de análises de cenários alternativos conhecidos como "stress testing"; • Análises de fluxo de caixa projetado e revisão das obrigações assumidas e instrumentos financeiros utilizados para mitigação e monitoramento do risco de liquidez; e • Análises e monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras. • **4.4.2.1. O processo de gerenciamento de ativos e passivos na organização (ALM).** A gestão dos investimentos é, substancialmente, feita através da SulAmérica Investimentos DTVM S.A. (SAMI). Apenas 0,69% (2,5% em 2011) do total da carteira de investimentos não é gerenciada pela SAMI. O gerenciamento de ativos e passivos (ALM) é utilizado pela Companhia como uma das principais ferramentas para determinar os parâmetros das alocações de seus investimentos, em especial na carteira para cobertura das provisões técnicas. Desta forma, foi formado um grupo de trabalho permanente para a discussão do assunto e efetuados estudos de ALM visando identificar quais ativos melhor replicam as principais características dos passivos (taxa de juros, indexadores, fluxo de pagamento, *duration*, etc.). Com base nestes estudos de ALM, e respeitando as regras definidas no Mandato de Investimentos, o gestor de recursos efetua a alocação em ativos visando mitigar o risco de descaçamento entre ativos e passivos bem como tornar eficiente a alocação dos ativos. • **(a) Acompanhamento do ALM e risco de mercado.** Periodicamente, são emitidos relatórios gerenciais contendo informações sobre as alocações nas carteiras de investimentos. Estes relatórios informam ao Comitê de Investimentos, a área financeira e de gestão de riscos um acompanhamento dos investimentos em cada unidade de negócio. Além disso, em reunião mensal, os gestores dos investimentos e a área financeira discutem os tópicos relevantes sobre os resultados de investimentos do mês, cenários econômicos internacionais e nacionais, além dos pontos julgados relevantes na data. • **4.4.2.2. Métricas de Risco.** Para controle, avaliação e acompanhamento do risco de mercado das carteiras, são utilizados o VaR Paramétrico e o *stress testing*. O VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. Já o *stress testing* tem o objetivo de verificar a perda esperada em cenários extremos de ruptura (*worst case scenario*). Desta forma, o risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios diários com informações sobre o VaR e *stress testing*, além de análises sobre o risco incremental para alocação de ativos e estudos específicos em relação a alteração na carteira de investimentos. Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM realizado pela Companhia, está demonstrada a seguir a distribuição dos seus investimentos por indexador em 31/12/2012 e 2011.



• **4.4.2.3. Risco de liquidez:** A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os elaborados análises dos direitos e obrigações. Além das análises de ALM, são elaboradas avaliações diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos mantidos com provisões técnicas para o fim de mitigar este risco. Desta forma, são garantidos ativos com liquidez suficiente para cobrir as obrigações de curto prazo das carteiras. Em 31/12/2012 e 2011, os vencimentos dos principais instrumentos financeiros e passivos de seguros eram os seguintes:

Descrição	Até 2 anos ou sem vencimento	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
	Instrumentos financeiros								
Aplicações financeiras	439.282	115.365	12.120	1.356	568.123	571.768	3.645	—	571.768
Valor justo por meio do resultado	129.892	49.540	3.143	—	182.575	182.579	4	—	182.579
Disponível para venda	309.390	65.825	8.977	1.356	385.548	389.189	3.641	—	389.189
Passivos de seguros	254.744	5.800	3.234	864	—	—	—	—	264.642

R\$142,6 milhões (R\$132,1

os limites e restrições definidos no Mandato de Investimentos. **4.4.3. Risco de subscrição:** Oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes nas premissas atuariais e financeiras ou na constituição das provisões técnicas. O risco de subscrição pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição dos produtos, risco no valor do sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões. **4.4.3.1. Uso de modelos internos:** A Companhia dispõe de modelos internos atuariais que possuem o objetivo de apurar o Capital Econômico devido aos riscos de subscrição. Estes modelos apuram o valor em risco para cada ramo de negócio e permite uma gestão mais eficaz do risco, já que possibilita quantificar ganhos e perdas na adoção de novos planos de ações para o controle e mitigação dos riscos de subscrição, dando desta forma suporte a tomada de decisão. Os modelos internos produzem resultados estocásticos para avaliar o risco de subscrição e são estruturados de forma a mensurar tanto o risco de precificação quanto o risco de desvio na constituição das provisões técnicas. **4.4.3.2. Risco de subscrição, precificação, definição dos produtos, retenção líquida e risco moral:** Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Companhia realiza periodicamente Procedimentos de Análise e Revisão de Produtos (PARP) com o objetivo de rever os seguintes aspectos sobre os produtos comercializados: • Definições de produto: análise do escopo do produto e das garantias oferecidas aos segurados bem como o público-alvo das vendas; • Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes. Análise de possíveis impactos em outros produtos existentes na Companhia; • Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado; • Precificação (*pricing*): estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas dos acionistas. Para isso, projeta-se o fluxo de caixa das apólices, simulando todo o fluxo financeiro. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa definida para o produto e as fontes geradoras de lucros e perdas; • Outros: o PARP aborda ainda análises sobre os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro. Após a análise de todos os pontos descritos acima, são definidos (se necessário) planos de ações para adequação do produto às expectativas da Companhia. O PARP também se aplica quando do lançamento de novos produtos ou realizações de parcerias. Periodicamente o acompanhamento do desempenho dos produtos e parcerias é apresentado ao Comitê de Riscos. Caso necessário, são adotados planos de ações para adequação dos produtos e parcerias aos objetivos da Companhia. **4.4.3.3. Análise de sensibilidade nos negócios:** A tabela abaixo apresenta o impacto antes de impostos no resultado, caso haja uma variação na sinistralidade, despesas administrativas ou despesas de comercialização:

	2012	Bruto de Líquido de resseguro	resseguro
Premissas			
Aumento de 1% na sinistralidade	(12.492)	(12.492)	
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(883)	(883)	
Aumento de 1% nas despesas de comercialização	(219)	(219)	
	2011	Bruto de Líquido de resseguro	resseguro
Premissas			
Aumento de 1% na sinistralidade	(12.532)	(12.532)	
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(856)	(856)	
Aumento de 1% nas despesas de comercialização	(206)	(206)	

4.4.3.4. Risco na provisão: Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões nas operações de seguros são, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional, adaptadas para refletirem a realidade da Companhia. Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação do risco da provisão, a Companhia possui os seguintes procedimentos: • Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões e reservas matemáticas; Neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias e premissas utilizadas para a constituição das provisões técnicas e reservas matemáticas. Este procedimento é realizado no mínimo anualmente; • Recálculo das provisões técnicas: Periodicamente são realizados recálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados. Estes cálculos são feitos no mínimo anualmente; • Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas: Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões e reservas técnicas para acompanhamento da sua adequação; e • Controle estatístico de qualidade: Mensalmente são utilizados modelos de séries temporais a fim de capturar modificação nos padrões das principais variáveis contidas nas metodologias de cálculo das provisões técnicas. Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo, nas premissas e na tomada de decisão. Estes pontos favorecem a manutenção da adequação das provisões técnicas. **4.4.4. Risco operacional:** O risco operacional pode ser definido como o risco de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou de eventos externos. Mais especificamente, pode ser entendido como: • Risco de fraudes internas: Comportamentos ou subtração e/ou criminosos com intenção de obter ganhos pessoais e/ou subtrair a propriedade alheia em benefícios próprios ou da SulAmérica; • Fraudes externas: Pessoas que não são funcionários exercerem atividades irregulares em benefício próprio; • Relações trabalhistas: Decisões judiciais por práticas incompatíveis com leis e/ou acordos trabalhistas, nocivas à saúde e/ou segurança dos funcionários ou por discriminação e/ou diferenciação no tratamento; • Falhas de sistemas: Impossibilidade de obter informações devido à falha de comunicação, perda da capacidade de processamento ou dificuldade na operação dos sistemas; • Execução e gestão de processos: Disponibilidade, registro de informações inválidas, incompletas ou de maneira intempestiva a entidades externas, órgãos reguladores, acionistas e investidores; • Práticas comerciais inadequadas: Falta de cumprimento de padrões éticos e comportamentais estabelecidos e práticas inadequadas do pessoal de vendas. Orientação e/ou consultoria inadequada a clientes que leve a falsas expectativas com relação aos produtos e serviços prestados; • Danos a ativos: Desastres naturais e outros eventos que ocasionam perdas físicas aos ativos; • Interrupção das atividades: Impossibilidade de sustentar as operações, prover serviços essenciais ou recuperar custos operacionais decorrentes de desastres controláveis ou não; e • Ambientais: Danos à imagem ou ações judiciais em decorrência de produtos, serviços, operações ou instalações que de alguma forma impactem o meio-ambiente ou a sociedade.

4.4.4.1. Fraudes: As fraudes são riscos operacionais inerentes ao negócio. A SulAmérica conta com canais específicos de comunicação e uma área totalmente dedicada à prevenção das fraudes e desenvolvimento de políticas de prevenção a fraudes, além de treinamentos contínuos para os seus funcionários. **4.4.4.2. Gestão dos riscos operacionais:** Todos os processos estão mapeados em um sistema de dados com todo o fluxo de atividades contidas, bem como cada risco identificado e os controles envolvidos em cada etapa. Cada risco e controle trazem informações qualitativas e quantitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com níveis de risco e ainda a identificação de possíveis planos de ação para mitigação de possíveis perdas operacionais. O plano de continuidade de negócios é tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prever o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica e seus segurados. Atualmente, a SulAmérica está trabalhando em um projeto para a gestão de riscos operacionais a fim de obter a excelência na gestão deste tipo de risco. O novo projeto conta com novas definições e visões do negócio e tem por objetivo alinhar nossas práticas com as melhores práticas internacionais indicadas em Basileia II e Solvência II, como segue: • Abertura do dicionário de riscos operacionais: Composto por 8 categorias de riscos. Estas categorias foram consideradas como riscos primários e foram criadas novas classes de risco (riscos secundários e riscos terciários), totalizando 180 classificações. As classificações tem o objetivo de alinhamento ao que é determinado internacionalmente como melhores práticas internacionais (de acordo com COSO e Basileia). A abertura do dicionário de riscos operacionais tem o objetivo de proporcionar uma melhor identificação dos riscos na operação, com consequente melhora na gestão; • Agrupamento dos processos em macro processos: Os processos hoje cadastrados no sistema foram enquadrados em aproximadamente 86 macro processos definidos como essenciais. Este formato tem o objetivo de proporcionar análises globais por unidades de negócios tornando mais eficiente, desta forma, a gestão dos riscos operacionais entre os negócios da SulAmérica; • Desenvolvimento de um novo software: Foi desenvolvido um novo software customizado para os negócios da SulAmérica para tratamento dos riscos operacionais. Este novo sistema será integrado com o mapeamento dos macro processos e permitirá análises qualitativas e quantitativas, incluindo cálculos estocásticos; • Construção de uma base de perdas: O desenvolvimento do novo sistema tem o objetivo de proporcionar integração com diversos áreas para o registro de perdas operacionais. Estes registros permitirão obter informações observadas (e não subjetivas) sobre as perdas que de fato ocorreram para cada macro processo e a qual causa do risco, possibilitando desta forma a criação de planos de ações efetivos e direcionados para a solução dos problemas. Adicionalmente, a base de perdas aliada às informações dos macro processos, tem o objetivo de proporcionar no futuro o cálculo do capital necessário (VaR) para suportar perdas operacionais. Até o momento já foram mapeadas e integradas na nova ferramenta, 15 origens de perdas distintas; e • Software para gestão do risco operacional: Encontra-se implementado um software customizado para os negócios da SulAmérica visando tratamento dos riscos operacionais. Esta nova ferramenta é atualizada automaticamente a partir de informações mapeadas em sistema de gestão de processos e da base de perdas. O objetivo é permitir análises qualitativas e quantitativas. Além disso, está em fase de implementação no novo sistema, a associação das normas de procedimentos internos com os respectivos macroprocessos, bem como a integração do módulo de riscos com os módulos de compliance/controles internos e o módulo de Auditoria, com o objetivo de integrar as atividades desenvolvidas pelas 3 áreas. **4.4.4.3. Continuidade de Negócios:** O risco de continuidade de negócios é mitigado através de um plano de ação tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prever o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica e seus segurados. **4.4.5. Risco estratégico:** É o risco de perdas resultantes de processos ou tomada de decisões que impactem a sustentabilidade, o crescimento ou a obtenção de vantagem competitiva. Pode ser entendido também como: • Risco de planejamento: Elaboração do planejamento estratégico e/ou orçamento com base em premissas e/ou medidas de desempenhos inadequados à realidade da SulAmérica; • Recursos humanos: Procedimentos executados por pessoas

sem habilidade, treinamento ou experiência suficientes para atingir os objetivos da instituição. Dependência de pessoas-chave; • Indicadores de metas: Avaliação inadequada de desempenho; • Custo de oportunidade: Redução do valor econômico de recursos financeiros devido à perda de valor do dinheiro no tempo, descausamento do fluxo de caixa ou retorno de investimento insuficiente em relação a outras alternativas que ofereçam o mesmo grau de risco; • Concorrência: Ação de concorrentes afetando adversamente o posicionamento da SulAmérica no mercado; • Preço: Incompatibilidade dos preços definidos nas transações de compra e/ou venda com os praticados pelo mercado; e • Comunicação: Falta de transparência, exatidão e clareza das informações relativas às operações da SulAmérica. **4.4.5.1. Gestão do risco estratégico:** A SulAmérica possui um Comitê de Avaliação de Planos de Ação (COPA), com participação de sua Alta Administração, com reuniões mensais para avaliar e aprovar todo e qualquer plano de ação proposto, por qualquer unidade de negócio, que implique em investimentos ou despesas adicionais às orçadas previamente. Estes investimentos e despesas devem ser aprovados de acordo com o orçamento do ano. O COPA também possui como atribuições: • Garantir que o orçamento para o plano de ação seja cumprido; • Priorizar os planos de ação, quando o orçamento for insuficiente para a execução de todas as propostas; • Garantir que os planos de ação sejam avaliados e aprovados de acordo com critérios objetivos e previamente estabelecidos; • Garantir que os planos de ação estejam de acordo com os objetivos da Companhia; e • Avaliar os resultados dos planos de ação aprovados, determinando a sua interrupção caso os resultados alcançados estejam em desacordo com as projeções. O custo de capital utilizado nos projetos segue a metodologia de cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) e os valores das premissas são revisados anualmente, no processo de construção do plano de orçamento plurianual ou mais frequentemente caso o Comitê Corporativo julgue necessário. Adicionalmente, para assegurar que os objetivos determinados no planejamento estratégico sejam alcançados, foi adotado pela SulAmérica um modelo de gestão - o *Balanced ScoreCard* (BSC) - que traduz a estratégia utilizando perspectivas, objetivos, indicadores e metas. Este modelo visa acompanhar no curto prazo o direcionamento do negócio no longo prazo, permitindo assim anteciper possíveis distorções de rumo. Além disso, o BSC procura tornar a comunicação da estratégia mais clara para toda a organização, a partir do momento que todos os colaboradores saibam quais as metas a serem conquistadas. Anualmente, a SulAmérica estabelece o Plano de Orçamento Plurianual (POP) com o orçamento para o Saúde Individual para os próximos 3 anos. O POP permite uma comunicação clara entre as metas definidas pelos acionistas e a Alta Administração, alinhando desta forma o apetite de risco da empresa. O orçamento é acompanhado periodicamente durante o ano e as estratégias mantidas ou redefinidas de acordo com os acontecimentos. **4.4.6. Risco legal e compliance:** É o risco de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má fulfillmento de operações. De forma mais específica, pode ser identificado como: (i) Riscos com órgãos reguladores; (ii) Risco de atividades em desacordo com políticas internas; (iii) Risco de lavagem de dinheiro; (iv) Risco de reputação; e (v) Risco de contratos. **4.4.6.1. Gestão do risco legal:** Presente em cada unidade de negócio e, neste caso específico, no Saúde Individual e com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização junto com seus prestadores de serviço realiza a revisão nos contratos de seguros a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica contribui ativamente com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais em nossas operações. **4.4.6.2. Gestão do risco de compliance:** (a) **Auto-avaliação de controles internos:** A SulAmérica instituiu uma estrutura de *compliance* e a figura dos gestores *compliance*, a fim de adequar as suas atividades às determinações da ANS, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação. Os gestores *compliance* têm por função disseminar a metodologia e as determinações de *compliance* em suas áreas, garantindo a efetividade do gerenciamento dos riscos, através de algumas etapas básicas que consistem no detalhamento das atividades chaves e seus

processos, identificação de riscos e controles e criação de planos de ação. O processo de auto-avaliação do sistema de controles internos é realizado no mínimo duas vezes ao ano. (b) **Documentação eletrônica:** A SulAmérica possui documentação eletrônica (DocNix) referente à política e procedimentos dos processos da organização, manuais de estrutura organizacional e resoluções da diretoria executiva. A documentação eletrônica permite informações sempre atualizadas e consultas de forma ágil e segura. A lista de distribuição de cada um dos documentos é indicada pela área responsável (emissor) e, em alguns casos, poderá ter acesso restrito a alguns departamentos da Companhia. (c) **Auditoria interna:** Responsável por planejar e coordenar os trabalhos de auditoria preventiva (operacional e sistemas). Certifica a existência de adequados controles internos operacionais e sistêmicos que permitem a identificação e gerenciamento dos riscos presentes no cotidiano da SulAmérica, bem como a aderência às normas e à legislação em vigor. **4.5. Gestão do capital:** A Companhia apura mensalmente, a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante o ano de 2012, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pela ANS. Conforme citado nos itens anteriores, a SulAmérica possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de risco, observando desta forma independente do capital regulatório sua própria estimativa de capital baseado em riscos. A utilização dos modelos internos é fundamental em um ambiente de gestão de riscos. Atualmente, a SulAmérica possui modelos internos estocásticos para mensuração do capital econômico devido para cada um de seus negócios e riscos. Desta forma, estima-se o capital econômico para que a solvência da SulAmérica seja assegurada para um determinado nível de confiança. Os modelos internos consideram correlações entre os negócios da Companhia além de possíveis efeitos de diversificação. Para cada um dos negócios, é apurado o capital econômico nos seguintes níveis: • Capital para risco de identificação, segregando o risco da provisão do risco de precificação; • Capital para risco de mercado, segregando os riscos de taxa de juros, inflação, câmbio e outros ativos; • Capital para risco de crédito, segregando os riscos de resseguro, contas a receber, risco de crédito nos investimentos e demais ativos; • Capital para risco operacional e legal; • Capital para risco estratégico; • Através dos resultados obtidos dos modelos internos, é calculado e monitorado mensalmente para cada uma das linhas de negócio da Companhia, os seguintes indicadores: • ROEC: Retorno sobre o capital econômico; • ROXC: Retorno sobre o excesso de capital; • ROAC: Retorno sobre o capital alocado. Os indicadores acima são periodicamente discutidos pela Alta Administração da Companhia e indicam o desempenho de cada unidade de negócio tendo em consideração o lucro vis a vis o risco assumido. Com base nas avaliações, são definidos planos de ações para os produtos e negócios da Companhia no sentido de alinhar as métricas com o apetite de risco e retorno exigido pelos acionistas. Os modelos são periodicamente revisados e calibrados pela equipe de Modelagem e gestão de riscos da SulAmérica. A tabela abaixo demonstra a adequação do PLA da Companhia:

	2012	2011
Patrimônio líquido	2.307.013	2.119.715
Adições		
Obrigações legais	320.621	155.965
Deduções		
Participações diretas em empresas reguladas pela ANS, SUSEP e BACEN	(1.805.601)	(1.531.990)
Despesas de comercialização diferida	(24.458)	(44.440)
Despesas antecipadas	(470)	(392)
Intangíveis	(8.764)	(11.610)
Patrimônio líquido ajustado	788.341	687.248
0,20 x Prêmio retido anual	308.755	298.925
0,33 x Sinistro retido anual médio	429.829	410.723
Solvência (a)	419.828	402.132
Suficiência	368.513	285.116
(a) A Companhia considera o diferimento da margem de solvência, calculado com base na Resolução Normativa nº 313/2012. 5. Aplicações:		
5.1. Composição das aplicações:		

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/contábil		
Títulos de renda fixa - Privados	-	-	70.460	77.415		77.415
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-		-
Pós-fixado CDI	-	-	3.077	3.079	109,23% CDI	3.079
Pós-fixado IPCA	-	-	37.594	43.197	IPCA+7,98%a.a.	43.197
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-		-
Pós-fixado IPCA	-	-	15.240	16.492	IPCA+7,6%a.a.	16.492
Debêntures	-	-	-	-		-
Pós-fixado CDI	-	-	9.154	9.245	103,84% CDI	9.245
Letras financeiras	-	-	5.067	5.074	111,5% CDI	5.074
Outros	-	-	328	328	CDI	328
Títulos de renda fixa - Públicos	-	-	310.321	313.222		313.222
Letras financeiras do tesouro	-	-	230.388	230.358	SELIC	230.358
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-		-
Série B - Pós-fixado IPCA	-	-	79.933	82.864	IPCA+3,07%a.a.	82.864
Quotas de fundos de investimentos	87.373	87.374	-	-		87.374
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	70.245	70.245	-	-		70.245
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	17.128	17.129	-	-		17.129
Letras financeiras do tesouro	3.410	3.411	-	-	SELIC	3.411
Operações compromissadas	13.707	13.707	-	-		13.707
Outros	11	11	-	-		11
Subtotal	87.373	87.374	380.781	390.637		478.011
%			18,3%	81,7%		980
Outras aplicações	-	-	-	-		100
Total	-	-	-	-		478.991
Circulante	-	-	-	-		477.682
Não circulante	-	-	-	-		1.309
						2011

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/contábil		
Títulos de renda fixa - Privados	-	-	178.015	181.794		181.794
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-		-
Pré-fixado	-	-	18.830	18.985	12,68%a.a.	18.985
Pós-fixado CDI	-	-	18.002	21.024	105,25% CDI	21.024
Pós-fixado IPCA	-	-	32.935	35.350	IPCA+7,98%a.a.	35.350
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-		-
Pré-fixado	-	-	7.488	7.498	12,7%a.a.	7.498
Pós-fixado CDI	-	-	21.069	21.082	108,02% CDI	21.082
Pós-fixado IPCA	-	-	56.867	57.862	IPCA+7,73%a.a.	57.862
Debêntures	-	-	-	-		-
Pós-fixado CDI	-	-	9.087	9.256	102,54% CDI	9.256
Outros	-	-	737	737	CDI	737
Títulos de renda fixa - Públicos	-	-	207.533	207.395		207.395
Letras financeiras do tesouro	-	-	168.487	168.493	SELIC	168.493
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-		-
Série B - Pós-fixado IPCA	-	-	39.046	38.902	IPCA+4,57%a.a.	38.902
Quotas de fundos de investimentos	182.575	182.579	-	-		182.579
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	14.317	14.317	-	-		14.317
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	168.258	168.262	-	-		168.262
Letras financeiras do tesouro	115.284	115.288	-	-	SELIC	115.288
Operações compromissadas	52.985	52.985	-	-		52.985
Outros	(11)	(11)	-	-		(11)
Subtotal	182.575	182.579	385.548	389.189		571.768
%			31,9%	68,1%		100%
Outras aplicações	-	-	-	-		980
Total	-	-	-	-		572.748
Circulante	-	-	-	-		571.031
Não circulante	-	-	-	-		1.717

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento	Total
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda		
Saldo em 01/01/2011	144.446	298.725	33.715	476.886		
Aplicações	909.133	467.672	-	1.376.805		
Rendimento resgate	(15.262)	(35.758)	(8.866)	(59.886)		
Principal resgate	(872.046)	(390.795)	(26.999)	(1.289.840)		
Resultado financeiro	16.286	47.363	2.150	65.799		
Outros recebimentos	22	-	-	22		
Ajuste a valor de mercado	-	1.982	-	1.982		
Saldo em 31/12/2011	182.579	389.189	-	571.768		

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	
Saldo em 31/12/2011	182.579	389.189	571.768		
Aplicações	836.355	274.834	1.111.189		
Rendimento resgate	(10.892)	(43.219)	(54.111)		
Principal resgate	(929.324)	(271.506)	(1.200.830)		
Resultado financeiro	8.652	35.122	43.774		
Outros recebimentos	4	-	4		
Ajuste a valor de mercado	-	6.217	6.217		
Saldo em 31/12/2012	87.374	390.637	478.011		

5.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As análises de sensibilidade das aplicações foram elaboradas considerando: (i) a metodologia de VaR Paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e *duration* nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados e (ii) DV01 (*dollar-value* ou *value for one basis-point*), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Nos quadros abaixo apresentamos o cálculo do ganho ou (perda) esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e o ganho ou (perda) com a oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

	2012	2011
Fatores de risco	VaR95%	DV01= 0,01%
IPCA	258	-
Out		

Sul América Companhia de Seguro Saúde

C.N.P.J. Nº 01.685.053/0001-56

A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos. Em 31/12/2012 e 2011 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia.

Descrição	2012		2011	
	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Nível 1
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado	87.374	182.579		
Disponível para venda	390.637	389.189		
Total	478.011	571.768		

6. Créditos de operações com planos de assistência a saúde. 6.1. Prêmios a receber. 6.1.1. Movimentação dos prêmios a receber. Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, mensurados ao custo amortizado. A Companhia, basicamente, fatura mensalmente os contratos de saúde.

Descrição	Redução do valor recuperável - Impairment		Total
	Prêmios	Impairment	
Saldo em 01/01/2011	43.205	(21.240)	21.965
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/constituição	1.530.853	(14.544)	1.516.309
Recebimentos / reversão	(1.532.806)	6.921	(1.525.885)
Saldo em 31/12/2011	41.252	(28.863)	12.389
Circulante			12.389

Descrição	Redução do valor recuperável - Impairment		Total
	Prêmios	Impairment	
Saldo em 31/12/2011	41.252	(28.863)	12.389
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/constituição	1.574.668	(15.472)	1.559.196
RVNE	-	-	-
Recebimentos / reversão	(1.567.292)	6.472	(1.560.820)
Saldo em 31/12/2012	48.628	(37.863)	10.765
Circulante			10.765

6.2. Prêmios a receber por vencimento. Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
A vencer		
A vencer entre 01 e 30 dias	-	112
A vencer entre 31 e 60 dias	-	117
A vencer entre 61 e 180 dias	-	132
A vencer entre 181 e 365 dias	-	21
A vencer acima de 365 dias	-	-
	-	382
Redução ao valor recuperável - Impairment		
Total a vencer		382

Descrição	2012	2011
Vencidos		
Vencidos entre 01 e 30 dias	8.195	7.347
Vencidos entre 31 e 60 dias	5.804	7.095
Vencidos entre 61 e 180 dias	4.894	5.328
Vencidos entre 181 e 365 dias	5.476	4.439
Vencidos acima de 365 dias	24.259	16.661
	48.628	40.870
Redução ao valor recuperável - Impairment	(37.863)	(28.863)
Total vencidos	10.765	12.007
Total prêmios a receber	48.628	41.252
Redução ao valor recuperável - Impairment (a)	(37.863)	(28.863)
Total	10.765	12.389

(a) A redução ao valor recuperável é constituída com base nos prêmios vencidos e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias. **7. Despesas de comercialização diferidas - Movimentação**

Descrição	2012	2011
Saldo em 01/01/2011	65.192	20.752
Amortização	(20.752)	-
Saldo em 31/12/2011	44.440	6.523
Circulante	37.917	37.917
Não circulante	6.523	-
Saldo em 31/12/2011	44.440	(19.982)
Amortização	(19.982)	-
Saldo em 31/12/2012	24.458	3.590
Circulante	20.868	20.868
Não circulante	3.590	-

8. Créditos e débitos tributários e previdenciários

Descrição	2012	2011
Impostos a compensar/ recuperar (Nota 8.1)	3.394	1.524
Créditos tributários (nota 8.2)	133.023	117.682
Total	136.417	119.206
Circulante	3.394	1.524
Não circulante	133.023	117.682

8.1. Impostos a compensar/recuperar

Descrição	2012	2011
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.254	586
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	915	705
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	225	233
Total	3.394	1.524
Circulante	3.394	1.524

8.2. Movimentação dos créditos e débitos tributários

Descrição	Saldo em 01/01/2011	Consti- tuição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	85.509	13.738	(8.554)	90.693
Redução ao valor recuperável de créditos	10.079	2.768	-	12.847
Provisões indedutíveis	4.907	1.249	(4.618)	1.538
Participações nos lucros	316	319	(316)	319
Outros	(1.212)	1.546	-	334
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	99.599	19.620	(13.488)	105.731
Crédito tributário de PIS e COFINS sobre IBNR (a)	11.157	794	-	11.951
Total dos créditos tributários	110.756	20.414	(13.488)	117.682
Débitos tributários - Atualizações de depósitos judiciais (b)	(65.388)	(11.927)	-	(77.315)
Total dos débitos tributários	(65.388)	(11.927)	-	(77.315)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	45.368	8.487	(13.488)	40.367

Descrição	Saldo em 31/12/2011	Consti- tuição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	90.693	13.411	(3.564)	100.540
Redução ao valor recuperável de créditos	12.847	4.172	(652)	16.367
Provisões indedutíveis	1.538	1.108	(295)	2.351
Participações nos lucros	319	315	-	634
Outros	334	66	-	400
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	105.731	19.072	(4.511)	120.292
Crédito tributário de PIS e COFINS sobre IBNR (a)	11.951	780	-	12.731
Total dos créditos tributários	117.682	19.852	(4.511)	133.023
Débitos tributários - Atualizações de depósitos judiciais (b)	(77.315)	(9.431)	-	(86.746)
Total dos débitos tributários	(77.315)	(9.431)	-	(86.746)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	40.367	10.421	(4.511)	46.277

(a) Refere-se aos créditos tributários de Programa de Integração Social - PIS e COFINS, calculados sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos e não avisados. (b) Corresponde ao provisionamento dos tributos (IRPJ e CSLL) que incidirão sobre a atualização monetária dos depósitos judiciais, os quais somente serão devidos caso seja obtido êxito no desfecho final dos processos judiciais em curso. Os referidos valores estão contabilizados na rubrica "Provisões Judiciais" no passivo não circulante. A Companhia possui créditos de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias que não foram registrados contabilmente, cujas bases de cálculo somam em 31/12/2012 R\$31.639 e totalizam créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$5.886. Estes créditos não vêm sendo reconhecidos em virtude de não haver expectativas de realização destes valores dentro do prazo previsto pelos órgãos reguladores em 31/12/2012.

Descrição	2012	2011
9. Bens e títulos a receber		
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	85.836	58.142
Recursos bloqueados (Nota 13.1)	18.077	19.199
Adiantamento a prestadores de serviços de saúde	1.875	2.623
Outros	2.745	772
Total	108.533	80.736
Circulante	108.533	80.736

10. Participações societárias

	SANTA CRUZ (1)	SAÚDE (2)	NOVA SULAMED (3)	SULA-SAUDE (4)	SULA-SEG (5)	SAMI (6)	SUL-ODONTO (7)	DENTAL PLAN (8)	TOTAL
Saldo em 01/01/2011	72.441	1.017.872	1.449	31.235	265.242	33.821	1.008	-	1.423.068
Aquisição (a)	-	-	-	-	-	-	-	757	757
Agio (a)	-	-	-	-	-	-	-	30.300	30.300
Dividendos e juros sobre capital próprio	(723)	(52.947)	(58)	(1.345)	-	(2.509)	(6)	(574)	(58.162)
Equivalência patrimonial (b)	3.041	221.564	161	5.907	(8.596)	10.564	26	3.011	235.678
Ajustes de avaliação patrimonial	3	5.111	-	(49)	303	4	-	-	5.372
Saldo em 31/12/2011	74.762	1.191.600	1.552	35.748	256.949	41.880	1.028	33.494	1.637.013
Aumento de capital (c)	-	-	-	-	-	-	34.251	-	34.251
Baixa (c)	-	-	-	-	-	-	-	(34.251)	(34.251)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(505)	(106.899)	(16)	-	(14.994)	(11.346)	(104)	(574)	(134.438)
Equivalência patrimonial (b)	2.125	279.572	66	(959)	63.047	16.167	435	1.331	361.784
Ajustes de avaliação patrimonial	67	11.903	-	432	5.148	(22)	-	-	17.528
Saldo em 31/12/2012	76.449	1.376.176	1.602	35.221	310.150	46.679	35.610	-	1.881.887
									2012

Descrição	SANTA CRUZ (1)	SAÚDE (2)	NOVA SULAMED (3) (d)	SULA-SAUDE (4)	SULA-SEG (5)	SAMI (6)	SUL-ODONTO (7)	DENTAL PLAN (8)	TOTAL
Ativo	490.182	2.945.714	127.221	183.240	4.870.117	66.529	85.773	41.342	9.822
Passivo	135.033	1.569.538	45.484	96.924	4.485.360	39.094	5.732	3.769	10.337
Patrimônio líquido	355.149	1.376.176	81.737	86.316	384.757	46.679	35.610	37.573	(1.515)
Receita líquida	-	5.431.157	583.961	277.437	548.318	4.107	6.767	-	6.349
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	9.887	279.572	3.344	(2.008)	78.205	16.166	435	-	9.756
Percentual de participação (%)	21,525%	100%	1,9594%	40,9592%	80,6172%	100%	100%	100%	100%
Valor contábil do investimento	76.449	1.376.176	1.602	35.221	310.150	46.679	35.610	-	1.881.887
Quantidade de ações ordinárias	1.180	14.466.477	48.871.842	1.896	23.887.080	17.166.837	999.991	1.347.619	60.753.012

Descrição	SANTA CRUZ (1)	SAÚDE (2)	NOVA SULAMED (3) (d)	SULA-SAUDE (4)	SULA-SEG (5)	SAMI (6)	SUL-ODONTO (7)	DENTAL PLAN (8)	TOTAL
Ativo	473.518	2.584.535	123.985	182.701	4.293.689	66.529	1.037	7.341	9.822
Passivo	126.190	1.392.934	44.799	95.422	3.974.961	24.649	9	3.572	5.372
Patrimônio líquido	347.328	1.191.601	79.186	87.279	318.728	41.880	1.028	3.769	4.450
Receita líquida	-	4.400.732	632.291	253.435	353.913	5.334	-	-	18.409
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	14.128	222.935	8.197	14.436	(11.774)	10.564	26	-	3.029
Percentual de participação (%)	21,525%	100%	1,9594%	40,9592%	80,6172%	100%	100%	100%	100%
Valor contábil do investimento	74.762	1.191.600	1.552	35.748	256.949	41.880	1.028	-	3.194
Agio	-	-	-	-	-	-	-	-	30.300
Quantidade de ações ordinárias	1.180	14.466.477	48.871.842	1.896	23.887.080	17.166.837	999.991	1.347.619	60.753.012

(a) Aquisição da DENTAL PLAN, em 18/04/2011, no valor de R\$31.057, tendo como valor de ágio, o montante de R\$30.300; (b) No exercício findo em 31/12/2012, a Equivalência Patrimonial de R\$361.784 (R\$235.678 em 2011), está registrada na rubrica "Resultado Patrimonial" que contempla também, outras receitas e despesas patrimoniais de R\$7 (R\$15 em 2011); (c) Em 31/05/2012, a Companhia aumentou o capital da SULODONTO com a transferência de 99,99% do capital da DENTAL PLAN, que era de sua propriedade, representado por 1.347.619 quotas, no valor de R\$3.920 e do ágio no valor de R\$30.300, totalizando um aumento no capital social de R\$34.220, com a emissão de 34.870.474 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,98134653 por ação, totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia; (d) A Companhia possui influência significativa na NOVA SULAMED, com representação no Conselho de Administração e participação nos processos decisórios. Por isso, mesmo detendo menos de 20% dos direitos de voto, este investimento é classificado como uma coligada. **Legenda:**

- (1) SANTA CRUZ: Sul América Santa Cruz Participações S.A.
- (2) SAÚDE: Sul América Seguro Saúde S.A.
- (3) NOVA SULAMED: Sul América Serviços de Saúde S.A.
- (4) SULASAÚDE: Sul América Saúde Companhia de Seguro
- (5) SULASEG: Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.
- (6) SAMI: Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
- (7) SULODONTO: Sul América Odontológico S.A.
- (8) DENTAL PLAN: Dental Plan LTDA

11. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Ramo	Provisão para remissão	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
2012				
Saúde grupal	-	118	335	453
Saúde individual	3.301	173.721	105.368	512.390
Total	3.301	173.839	105.703	282.843
Circulante	919	165.126	105.703	271.748
Não circulante	2.382	8.713	-	11.095

Ramo	Provisão para remissão	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
------	------------------------	----------------------------------	--	-------

Descrição	2011		
	Depósitos judiciais e fiscais	Outras ações judiciais	Obrigações fiscais
Fiscais:			
COFINS.....	35.182	-	32.994
PIS.....	44.623	-	40.635
Contribuição social.....	44.099	8.796	43.542
Imposto de renda.....	30.364	1.870	27.989
Outros.....	474	66	10.763
Subtotal.....	154.742	10.732	155.923
Previdenciárias:			
INSS.....	325.200	30.176	42
Trabalhistas e cíveis:			
Ações trabalhistas.....	3.741	2.971	-
Ações cíveis.....	17.858	75.898	-
Outras ações.....	-	4.934	-
Subtotal.....	21.599	83.803	-
Total.....	501.541	124.711	155.965
Circulante.....	-	17.033	-
Não circulante.....	501.541	107.678	155.965

14.1. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais

Descrição	Atuali-zação monetária		Paga-mentos/ Baixas		Saldo em 31/12/2011
	Saldo em 01/01/2011	Adições	Saldo em 01/01/2011	Adições	
Cíveis e trabalhistas					
Cíveis.....	83.386	32.897	(2.831)	(37.554)	75.898
Trabalhistas.....	3.274	1.742	(79)	(1.966)	2.971
Outros.....	4.739	2.604	-	(2.409)	4.934
Subtotal.....	91.399	37.243	(2.910)	(41.929)	83.803
Tributárias:					
PIS.....	24.443	16.674	678	(1.160)	40.635
COFINS.....	30.533	2.827	2.550	(2.916)	32.994
CSLL.....	37.379	12.139	2.931	(111)	52.338
Imposto de renda.....	25.146	2.696	2.144	(127)	29.859
Outros.....	12.938	238	488	(2.835)	10.829
Subtotal.....	130.439	34.574	8.791	(7.149)	166.655
Previdenciárias:					
INSS.....	36.846	58	1.908	(8.594)	30.218
Total.....	258.684	71.875	7.789	(57.672)	280.676

Descrição	Atuali-zação monetária		Paga-mentos/ Baixas		Saldo em 31/12/2012
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Saldo em 31/12/2011	Adições	
Cíveis e trabalhistas					
Cíveis.....	75.898	12.020	664	(19.524)	69.058
Trabalhistas.....	2.971	604	(39)	(1.044)	2.492
Outros.....	4.934	1.161	973	(3.552)	3.516
Subtotal.....	83.803	13.785	1.598	(24.120)	75.066
Tributárias:					
PIS.....	40.635	11.185	2.084	-	53.904
COFINS.....	32.994	1.628	1.841	(517)	35.946
CSLL.....	52.338	3.801	3.389	(165)	59.363
Imposto de renda.....	29.859	1.344	1.968	(1.317)	31.854
Outros.....	10.829	10.144	437	(66)	21.344
Subtotal.....	166.655	28.102	9.719	(2.065)	202.411
Previdenciárias:					
INSS.....	30.218	90	1.209	(52)	31.465
Total.....	280.676	41.977	12.526	(26.237)	308.942

Em 31/12/2012, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$240.302 (R\$ 224.616 em 2011). Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nesses processos, o montante provisionado de R\$118.203 (R\$86.076 em 2011) refere-se principalmente às obrigações fiscais. A parcela não provisionada, no valor de R\$122.099 (R\$141.689 em 2011) é composta principalmente pelo montante de R\$86.381 (R\$86.532 em 2011) relativo aos autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora SLT Participações S.A. nos anos calendarários 2005, 2006 e 2007. **14.2. Ações fiscais:** As principais ações fiscais da Companhia em 31/12/2012 e 2011, são: **(a) COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei Nº10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e outras receitas. A Companhia vinha depositando e provisionando, o diferencial de alíquota de 1% sobre a receita bruta e, com a promulgação da Lei nº 11.941/2009 que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, a partir da competência junho de 2009, a depositar e provisionar somente sobre a receita de sua atividade de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. **(b) PIS:** A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição do PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pela Emenda Constitucional nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997, cujos montantes encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas. Adicionalmente, a Companhia questiona a legalidade da contribuição ao PIS sobre a receita bruta à alíquota de 0,65%, determinada pelas Leis nºs 9.701 e 9.718 de 1998, e vinha depositando judicialmente os valores exigidos. A Companhia obteve decisão parcialmente favorável, tendo a sentença reconhecido o seu direito de recolher a contribuição sem a ampliação da base de cálculo, passando, a partir de 2008, a recolher o PIS sobre a receita da atividade de seguros. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda referente ao PIS devido com base na receita das atividades de seguros e remota a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas). **(c) INSS:** A Companhia vem questionando e depositando judicialmente, a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e regulamentada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguro não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando dessa forma fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. A Companhia aguarda o julgamento do Recurso de Apelação. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda das demandas relativas à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. **(d) IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. **(e) CSLL:** De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a contribuição social à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. A Companhia obteve liminar para recolher a contribuição social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. Adicionalmente, com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda. As demandas judiciais referentes as ações cíveis anteriormente expostas vem sendo provisionadas de acordo com a expectativa de perda da Administração. **14.3. Contingências:** As principais contingências da Companhia em 31/12/2012 e 2011, são: **(a) INSS:** A Companhia vem questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços médicos, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. A Companhia aguarda o julgamento do Recurso de Apelação. Os advogados que patrocinam a causa reputam como remota a perda da demanda. **(b) IRPJ/CSLL:** Foram lavrados autos de infração contra a Companhia em que se exigiu os tributos não pagos em função da dedução, nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, da amortização de ágio oriundo de incorporação da sua controladora SLT Participações S.A., nos anos calendarários 2005, 2006 e 2007. O valor exigido atualizado em 31/12/2012 monta R\$86.381 (R\$86.532 em 2011). A Companhia apresentou a tempestiva impugnação aos autos de infrações lavrados e, com base na opinião de seus advogados reputa

como possível a perda da demanda. **15. Refinanciamento fiscal - RE-FIS:** A Companhia aderiu ao Refinanciamento Fiscal - REFIS, e parcelou valores devidos relativos ao FINSOCIAL, COFINS e IRPJ, referente, à compensação integral dos prejuízos fiscais, os quais se encontravam em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial. O montante das obrigações incluídas no REFIS foi de R\$207.877 (líquido da redução de multa de 50%). O refinanciamento prevê o pagamento dos referidos tributos em 120 parcelas iguais e mensais, no montante de R\$1.732, com vencimento final até 30/06/2013, atualizado com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Em 31/12/2012, as obrigações estão contabilizadas sob a rubrica de "Tributos e Encargos Sociais a Recolher" no passivo circulante, no montante de R\$17.533 (R\$33.781 em 2011) e em 2011, na rubrica de "Débitos Diversos", no passivo não circulante, no montante de R\$16.935.

Descrição	2012	2011
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 17.6)	92.904	71.892
Depósitos de beneficiários e de terceiros (a)	55.152	62.918
Honorários a pagar	21.546	24.602
Outras obrigações com pessoal	12.676	12.563
Outros débitos a pagar	10.737	24.962
Total.....	193.015	196.937
Circulante.....	168.890	154.494
Não circulante.....	24.125	42.443

(a) Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, aos prêmios recebidos cujas apólices ainda não foram emitidas e as parcelas ainda não baixadas de prêmios a receber. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir:

Descrição	Prêmio direto	
	2012	2011
De 01 a 30 dias.....	468	248
De 31 a 60 dias.....	228	194
De 61 a 120 dias.....	203	1.067
De 121 a 180 dias.....	125	249
De 181 a 365 dias.....	276	124
Acima de 365 dias.....	590	620
Subtotal.....	1.890	2.502
Recebimento antecipado.....	53.262	60.416
Total.....	55.152	62.918

17. Patrimônio líquido: 17.1. Capital social: O capital social da Companhia, em 31/12/2012 e 2011 é de R\$1.100.000 e constitui-se de 66.276.481 ações ordinárias e 23.249.284 ações preferenciais todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas, das quais em 31/12/2012, 14.172.669 (10.861.142 em 2011) ações ordinárias e 6.487.270 (5.661.696 em 2011) ações preferenciais estão em tesouraria. De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes asseguradas a percepção de dividendos 10% superiores aos pagos às ações ordinárias e a prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. **17.2. Reserva de capital:** Refere-se ao ágio apurado na aquisição, em 08/07/2010, de ações representativas de 49,92% no capital da Sul América Saúde Companhia de Seguros ("SULASAÚDE") atual denominação social da Brasil Saúde Companhia de Seguros pela controladora SAÚDE, quando passou a deter a totalidade do capital da SULASAÚDE. A Companhia registrou em seu patrimônio líquido, de forma reflexa, a parcela que é proporcional a sua participação, na forma preconizada pelo parágrafo 67 do ICPC 09. **17.3. Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **17.4. Reserva estatutária:** Constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, para a constituição de reserva estatutária destinada à expansão de negócios sociais após as destinações para Reserva Legal e Dividendos, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, não podendo exceder o montante do capital social, e tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iii) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. Uma vez atingido tal limite, conforme estabelecido no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalização ou para distribuição de dividendos aos acionistas. **17.5. Ajustes de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, relativos a títulos próprios e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Descrição	2012	2011
Lucro antes dos impostos e participações.....	414.052	353.379
(-) Impostos e contribuições.....	(18.941)	(46.686)
(-) Participações.....	(3.935)	(3.992)
Lucro líquido do exercício.....	391.176	302.701
(-) Constituição da reserva legal (5%).....	(19.559)	(15.135)
Lucro líquido ajustado.....	371.617	287.566
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado.....	92.904	71.892
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem considerados nos dividendos obrigatório		
Bruto.....	59.500	-
Imposto de renda.....	(70.000)	-
Saldo dos dividendos obrigatórios(A).....	33.404	71.892
Dividendos adicionais (B).....	-	1.732
Saldo dos dividendos propostos(A) + (B).....	33.404	73.624
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária.....	268.213	213.942
Expansão de negócios (71,25% do lucro líquido do exercício).....	268.213	213.942
O montante de dividendos adicionais propostos e não pagos, acima do mínimo obrigatório, não é reconhecido nas demonstrações financeiras como passivo e sim em conta própria do patrimônio líquido. 18. Detalhamento das contas de resultado: 18.1. Prêmios retidos		

Descrição	2012	2011
Prêmios emitidos.....	1.544.235	1.551.551
Prêmios cancelados e restituídos.....	(462)	(56.924)
Total.....	1.543.773	1.494.627

Descrição	2012	2011
Assistência médico hospitalar		
Consultas.....	(159.737)	(156.535)
Exames.....	(257.699)	(257.265)
Internações.....	(853.346)	(837.003)
Outros.....	(239.100)	(241.455)
Total.....	(1.509.882)	(1.492.258)

Descrição	2012	2011
18.3. Despesas de comercialização		
Comissões:		
Sobre prêmios.....	(21.906)	(22.483)
Total.....	(21.906)	(22.483)
18.4. Despesas administrativas		
Descrição	2012	2011
Pessoal próprio (a).....	(40.634)	(43.538)
Remuneração baseada em ação (b).....	(948)	(1.000)
Serviços de terceiros.....	(24.986)	(31.761)
Localização e funcionamento.....	(16.384)	(15.674)
Despesas com tributos.....	(21.587)	(4.822)
Outras.....	(1.369)	(6.618)
Total.....	(105.908)	(103.413)

Descrição	2012	2011
Vale alimentação, refeição e transporte.....	(3.118)	(4.249)
Seguro saúde e odontológico.....	(477)	(2.274)
Treinamento.....	(8)	(17)
Previdência privada.....	(379)	(263)
Outros.....	(468)	(417)
Total.....	(4.450)	(7.220)

Descrição	2012	2011
(b) Valor da remuneração do pessoal-chave baseada em ações (stock option), vide nota 12.2. 18.5. Outras despesas operacionais		
Descrição	2012	2011
Despesas com operações de seguros.....	(656)	(291)
Constituição de provisão para contingências cíveis e outras operações de seguros.....	335	(6.255)
Serviços técnicos de seguros.....	(16.044)	(13.049)
(Constituição) / Reversão da provisão para riscos de crédito.....	(10.460)	(6.921)
Taxas de administração de seguros.....	(147)	(106)
Despesas com cobrança de seguros.....	(1.216)	(1.299)
Total.....	(28.188)	(27.921)

Descrição	2012	2011
18.6. Resultado financeiro líquido		
Descrição	2012	2011
Títulos e valores mobiliários.....	43.774	65.799
Valor justo por meio do resultado.....	8.652	16.286
Disponível para venda.....	35.122	47.363
Mantido até o vencimento.....	-	2.150
Operações de seguros.....	9.814	9.852
Juros e atualização monetária sobre depósitos judiciais, provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	8.636	10.515
Juros de mora.....	(1.258)	(2.549)
Outros.....	1.691	6.187
Total.....	62.657	89.804

Descrição	2012	2011
18.7. Receitas financeiras		
Descrição	2012	2011
Valorização de quotas de fundos de investimentos.....	8.702	16.640
Títulos de renda fixa - Privados.....	14.497	22.438
Títulos de renda fixa - Públicos.....	21.626	28.299
Operações de seguros.....	10.342	9.747
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais.....	25.695	30.437
Outras.....	2.733	7.243
Total.....	83.593	114.804

Descrição	2012	2011
18.8. Despesas financeiras		
Descrição	2012	2011
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados.....	(1.051)	(1.578)
Operações de seguro.....	(528)	-
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	(17.	